

Prefeitura Municipal de Arari
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria do Ensino Fundamental Anos Finais



História do Maranhão

9º Ano

Terezinha Maria Bogéa Gusmão

Texto adaptado do livro Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão (Joan Botelho)

Arari-MA

2025

A Adesão do Maranhão à República



Fonte: <https://www.elo7.com.br/bandeira-estado-maranhao-dupla-face-145x85-cm-poliester/dp/1AF8AA4>

Nas últimas décadas, surgiram vários trabalhos de pesquisa inserindo novos elementos no contexto da Proclamação da República, no Maranhão. É o caso da pesquisa de autoria do historiador Luís Alberto Ferreira, em "Sertão e a ideia de República no Maranhão" (Ferreira, 2005), "Os Clubes Republicanos e a Implantação da República no Maranhão" (Ferreira, 2004) e Flávio Moura Reis, em "Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão" (Reis, 2013). Para o primeiro, o contexto da República no Maranhão assumiu certo dinamismo, principalmente nas vilas e cidades do interior, sobretudo no centro-sul da província, onde foram organizados diretórios, clubes republicanos, e se vivenciou uma intensa propaganda em prol do novo regime, veiculada nos jornais e informativos da época. Assegura que a geopolítica do sertão e a sua formação socioeconômica são elementos, que vão ao encontro dos ideais Ide República, no Maranhão.

No entanto, Flávio Reis faz um estudo profundo da estrutura econômica e política do Maranhão, nos períodos imperial e parte do republicano, mostrando os arranjos e rearranjos partidários, as disputas pelo poder: fornecendo-nos consolidação de um debate sobre a República, no Maranhão. Também se destaca Carlota Carvalho, que, na obra "O Sertão", chama a atenção para o papel exercido pelo interior maranhense, no Império. Fez um estudo profundo do sertão: território, habitantes, conquista, colonização. o comércio fluvial, imprensa, vilas e cidades. As suas análises ajudaram a retirar o interior da invisibilidade (Carvalho, 2000). Outro expoente, que observa a República com uma visão diferenciada, é o Historiador Alan Kardec Pacheco Filho (2014; 2015), ao descortinar as lutas sociais que eclodiram no sertão, como a Guerra dos Lédas, que tanto instabilizaram o Estado nos primeiros anos de República. Também, denunciou os abismos existentes entre sertão e litoral, fornecendo-nos uma leitura mais profunda sobre as contradições existentes entre essas duas regiões, que compõem o Estado do Maranhão.

A Proclamação da República, no Maranhão, não foi um fato isolado. Insere-se no contexto nacional do final do século XIX, cujo cenário, ficou marcado pelo conjunto de acontecimentos, que ensejaram o colapso do sistema monárquico, e o alvorecer do novo regime,

que teve no exército e na aristocracia cafeeira, a sua principal força e, na ausência de setores populares, o seu principal problema. Para a historiadora Emília Viotti da Costa, a Proclamação da República não teve qualquer aspiração popular e foi caracterizada pela emergência de um golpe militar (Costa, 1985).

No Maranhão, alguns acontecimentos, sobretudo no interior, projetaram os ideais republicanos. Foi o caso dos conflitos, que eclodiram na vila de Pastos Bons, culminando com o assassinato do comandante militar da localidade, quando impressos passaram a circular, conclamando o povo a levantar-se contra a monarquia. Esse episódio ficou conhecido como República de Pastos Bons. Destacam-se ainda os conflitos da Setembrada, a Balaiada e os conflitos em Pastos-Bons, São Bento, Mirador e principalmente, Grajaú, envolvendo disputas políticas locais.

Alguns elementos, ajudam a explicar a fragilidade da província, frente à construção de um movimento republicano: frágil organização das forças políticas locais, a crise que atingiu a aristocracia agrária maranhense, a fragilidade do sistema partidário maranhense, que mantinha vínculos com o império. Esses fatores acentuaram a crise no final do Império, no Maranhão.

Para além disso, se apresentavam dissidências partidárias, envolvendo os partidos Liberal e Conservador, na província, o que possibilitou uma fragmentação das siglas partidárias, vinculadas ao aparecimento de uma nova geração de políticos, que através de pressão, pretendiam conquistar espaços no cenário político. A fragmentação partidária enfraqueceu a mediação entre as esferas de poder e o clientelismo já não atendia às demandas correligionárias e partidárias.

O historiador Luís Alberto relata que, “a partir do momento em que os partidos se fragmentam e suas chefias enfraquecem, o sistema oligárquico entra em crise, pois as lideranças perdem a credibilidade e o poder de interlocução, entre as esferas local e central, através da troca clientelística do uso que se faz dos cargos (...) As dissidências facilitaram o aparecimento de clubes republicanos e prepararam terreno para os novos conflitos que assolaram o Maranhão nos primeiros anos da República” (Ferreira, 2005, p. 334).

A adesão do Maranhão à República não foi um mero ato passivo. Ao contrário, houve um intenso movimento republicano, principalmente no interior da província, a partir da circulação de jornais, panfletos e a fundação de clubes republicanos. Tais veículos e associações defendiam o novo regime, posicionando-se contra a monarquia. Assim, em cidades como Grajaú, Caxias, Cururupu, Carolina, Pastos-Bons, Loreto, Riachão, Mirador e principalmente Barra do Corda, articulações variadas projetaram os ideais do novo regime.

Barra do Corda foi a maior referência do movimento republicano maranhense, quando o juiz municipal Isaac Martins e o promotor público, Dunshee de Abranches, defenderam os ideais da República. Juntaram-se a eles, Antônio Rocha Lima, proprietário do Jornal o Norte - órgão divulgador das ideias republicanas - além de Frederico Figueira, Leão Léda, Epifânio Moreira e outros bacharéis e magistrados formados na Faculdade de Direito de Recife.

Em São Luís, o movimento mais relevante, as vésperas da República, aconteceu no Largo do Carmo, quando estudantes vaiaram o Conde D'Eu, gritando "Morra a monarquia e viva a República". Proclamado o novo regime, foi deposto o presidente da província, Tito Augusto Pereira de Matos. Assumiu o governo no Maranhão uma junta provisória, tendo à frente os militares: João Luís Tavares, Cândido Floriano da Costa Barreto, Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, João Fernandes Milanês; e os civis: Francisco Xavier de Carvalho, José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte. O ato de adesão ocorreu em 18 de novembro de 1889, em cerimônia realizada no / palácio do governo.

Economia, questão social e poder na Primeira República

O Maranhão viveu na segunda metade do século XIX, uma fase áurea, com o apogeu da sua agroexportação, representada pela produção açucareira e cotonicultura, produtos do trabalho de sujeitos escravizados e de livres pobres, além de contar com várias fábricas têxteis. Empreendimentos foram criados no Maranhão dando sustentação a economia: 3 bancos, 383 casas comerciais, várias fábricas, companhias e firmas dos mais diversos ramos. Nesse período, a cidade de São Luís desfrutou de fluxo comercial com importante envergadura. Essa euforia, no entanto, não demorou. No final do século, a província passou por transformações, impactada pela concorrência interna e externa, fato que enfraqueceu a sua agroexportação. As fábricas sentiram a retração da província, além da pouca disponibilidade de capital, das oscilações da economia nacional, tomando como exemplo a crise do encilhamento, aliada ao fato de que outras províncias passaram a superar o Maranhão, no cenário econômico. Foi o caso da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e principalmente São Paulo.

Segundo Reis (1992), paralelamente à decadência da lavoura de exportação, desenvolveu-se uma nova estrutura agrária na província e depois no estado, pautada nas pequenas plantações em terras devolutas ou no interior de grandes propriedades, que se caracterizou pelo pagamento de foros ou arrendamento, principalmente por parte de imigrantes nordestinos, que se endividaram com os grandes proprietários.

A produção agroexportadora entra em um processo de declínio. Em 1882, no Maranhão produziu-se 16.100.000 quilos de açúcar, em 1905, a produção caiu para 105.000 quilos. Em 1912, apresentava um grande déficit. O Maranhão exportou 1.594.777\$000 (um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil e setecentos e setenta e sete réis) e importou 9.986.000\$.000 (nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil réis). Já em 1917, importou 60% do que consumiu. Referidos números são importantes para explicar o cenário da crise econômica, que o Estado vivenciou já na Primeira República.

Nessa fase, o maranhense dedicou-se à produção de milho, feijão, mandioca, arroz, produtos considerados básicos na dieta alimentar, bem como na comercialização do couro e do extrativismo do babaçu, este último, a partir da Primeira Guerra Mundial. A economia vigente era arcaica, quer a partir de uma incipiente atividade criatória, quer através da existência da "roça" de subsistência ou ainda através da utilização de uma extração antiquada. Segundo

Moacir Feitosa, “a força de trabalho ativa dessa população vai se dedicar à produção agrícola de alimentos humanos na pequena unidade de produção familiar. Esta atividade vai se assentar na produção principal do arroz, mas também, do feijão, do milho e mandioca, além de uma pequena criação de gado bovino e de pequenos animais. Constitui-se numa atividade, a princípio, voltada para a subsistência. (Feitosa, 1998, p. 51).

Aspecto igualmente importante, para explicar a decadência do Maranhão, na Primeira República, foi a desvalorização da moeda, com baixo câmbio, cuja crise foi provocada pelo "Encilhamento", política econômica inflacionária do governo Deodoro da Fonseca. Por outro lado, a partir do final da Primeira Guerra Mundial (1814-1918), ocorreram transformações em relação ao caráter ocupacional das terras do Estado. Houve grande ocupação das terras devolutas do Maranhão, principalmente nas regiões dos rios Mearim, Pindaré, Corda, Balsas e Tocantins, a baixada e o litoral maranhense inclusive, com a presença de imigrantes nordestinos muito dos quais, fugindo da seca. Migração essa que se estendeu grandemente até a década de 1960, esses nordestinos desenvolveram o cultivo de arroz no Maranhão, fixando-se nas regiões dos rios.

A rizicultura maranhense afirmou-se na república como a principal economia agrícola chegando inclusive, a ocupar o segundo lugar no Brasil na década de 1960. Esses nordestinos desenvolveram o cultivo de arroz no Maranhão. Foi nesse cenário que se deu a consolidação do campesinato maranhense. Também nessa época, ocorreu um processo de migrações de famílias sírias e libaneses para o Estado, onde se estabeleceram como comerciantes, empresários e proprietários de grandes extensões de terras. Algumas dessas famílias são: Aboud, Duailibe, Haick e Fecure.

Referências

BOTELHO, Joan. Conhecendo e debatendo a história do Maranhão. SãoLuís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.

CARVALHO, Carlota. O sertão. Imperatriz: Ética, 2000.

Costa, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Feitosa, Raimundo Moacir Mendes. Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas UFMA, 1998.

PACHECO FILHO, Allan Kardec; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus (Orgs). São Luís 400 anos (con)tradição de uma cidade histórica. São Luís Café & Lápis: Ed. UEMA, 2014.

REIS, Flávio Antônio Moura. Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão 1850/1930. Campinas (SP): IFCH/Unicamp, 1992,- Dissertação de Mestrado.

_____, Flávio Antônio Moura. Grupos políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão. 2 ed. São Luís:[s.n], 2013.